



CONCURSO PÚBLICO

Fornecimento Continuado de agregado britado e não britado – 2020

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CLÁUSULA 1.ª	4
DESIGNAÇÃO E OBJECTO DOS SERVIÇOS A PRESTAR	4
CLÁUSULA 2.ª	4
PRAZO PREVISTO PARA O FORNECIMENTO.....	4
CLÁUSULA 3.ª	4
PREÇO BASE	4
CLÁUSULA 4.ª	4
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	4
CLÁUSULA 5.ª	5
PREÇO CONTRATUAL	5
CLÁUSULA 6.ª	5
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	5
CLÁUSULA 7.ª	6
CONTRATO E PREVALÊNCIA	6
CLÁUSULA 8.ª	6
VIGÊNCIA	6
CLÁUSULA 9.ª	6
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	6
CLÁUSULA 10.ª	7
FORMA E ENTREGA DOS BENS OBJECTO DO CONTRATO	7
CLÁUSULA 11.ª	8
INSPEÇÃO E INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS	8
CLÁUSULA 12.ª	8
INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS	8
CLÁUSULA 13.ª	9
ACEITAÇÃO DOS BENS	9
CLÁUSULA 14.ª	9



DEVER DE SIGILO	9
CLÁUSULA 15.ª	10
RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE SEIA.....	10
CLÁUSULA 16.ª	10
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO	10
CLÁUSULA 17.ª	10
SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS	10
CLÁUSULA 18.ª	10
PESSOAL DO ADJUDICATÁRIO	10
CLÁUSULA 19.ª	11
CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR	11
CLÁUSULA 20.ª	12
FORO COMPETENTE	12
CLÁUSULA 21.ª	12
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	12
CLÁUSULA 22.ª	12
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	12
CLÁUSULA 23.ª	12
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	12
CLÁUSULA 24.ª	13
OBJETIVO DE FORNECIMENTO	13
CLÁUSULA 25.ª	13
DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA A FORNECER COM A HABILITAÇÃO	13
CLÁUSULA 26.ª	13
CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO	13
CLÁUSULA 27.ª	13
LOCAL DE ENTREGA	13
CLÁUSULA 28.ª	13
MATERIAIS A FORNECER.....	13
CLÁUSULA 29.ª	14
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	14
CLÁUSULA 30.ª	14
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	14
CLÁUSULA 31.ª	14



FALHAS E OMISSÕES.....	14
------------------------	----



Parte I – Cláusulas Jurídicas

CLÁUSULA 1.ª

DESIGNAÇÃO E OBJECTO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento que tem como objeto principal o **“Fornecimento Continuado de agregado britado e não britado – 2020”** a seguir designada abreviadamente por Trabalho.

CLÁUSULA 2.ª

PRAZO PREVISTO PARA O FORNECIMENTO

1. O prazo de fornecimento objeto do presente, tem duração de **2 (dois) anos**.
2. O fornecimento dá início a partir da data da assinatura do contrato, e extingue-se quando atingido o valor da adjudicação.
3. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 3.ª

PREÇO BASE

1. Pelo fornecimento objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao fornecedor dos bens o preço base de **€ 40 000,00 (quarenta mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número 1. inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Seia.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega, são da responsabilidade do fornecedor.

CLÁUSULA 4.ª

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. De acordo com o art.º 74.º do CCP, a adjudicação será realizada segundo o critério preço, enquanto único aspecto da execução do contrato a celebrar.
2. O preço apresentado inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Seia.
3. Critério de Desempate: verificando-se empate nas propostas apresentadas, estabelece-se como critério de desempate a localização da central de fornecimento dos produtos a concurso, considerando-se que a maior proximidade à cidade de Seia favorecerá a eficiência do transporte, logo a rapidez no fornecimento.
4. O preço apresentado inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Seia.



CLÁUSULA 5.ª

PREÇO CONTRATUAL

1. Pelos fornecimentos objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. As quantidades dos bens constantes do “mapa de quantidades” foram calculadas tendo em consideração o histórico de execução ao longo dos anos transactos, bem como nas atividades previsíveis do Município, para o período do contrato. Na execução do contrato o Município reserva-se ao direito de poder ajustar as quantidades dos bens a adquirir, até ao valor máximo do preço contratual.
3. As quantidades referidas no “mapa de quantidades”, foram apuradas de acordo com as atividades previsíveis do Município, que poderão sofrer alterações no decurso de execução das mesmas, sem que tal implique a modificação do preço contratual ou a aquisição de bens neles não incluídos.
4. O Município garante a aquisição de 20% das quantidades de cada artigo.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato cessará se, antes de decorrido o prazo referido na cláusula [anterior](#), forem fornecidos bens no valor integral do mesmo.
6. O preço referido na cláusula [anterior](#) inclui todas as despesas e custos com transporte, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade Adjudicante (incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

CLÁUSULA 6.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O montante a pagar no total pela aquisição dos bens objeto do presente procedimento, não excederá o valor referido na cláusula [anterior](#), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. A quantia devida pela Câmara Municipal de Seia, nos termos da cláusula [anterior](#), deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pela Câmara Municipal de Seia das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o fornecimento respetivo.
3. Para efeito do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega do último carregamento de materiais.
4. Em caso de discordância, por parte da Câmara Municipal de Seia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando



o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas preferencialmente através de transferência bancária, pelo que deverá ser indicado o NIB, na proposta a apresentar.

CLÁUSULA 7.ª **CONTRATO E PREVALÊNCIA**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - b) o presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - c) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade Adjudicante;
 - d) a proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2. e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 8.ª **VIGÊNCIA**

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições.

CLÁUSULA 9.ª **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações principais:
 - a) Executar o fornecimento que lhe for adjudicado, tal como descrito nas Cláusulas Especiais do Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
 - b) Entregar ao Município, de acordo com as suas necessidades, os produtos constantes no contrato.



- c) Transportar os bens para qualquer local da área do concelho de Seia, que for designado.
- d) Entregar ao contraente público os bens objeto de contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.
- e) Entregar em perfeitas condições os bens objeto do contrato a fim de serem utilizados para os fins a que se destinam, sob pena de rejeição.
- f) Responsabilidade por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato, que existam no momento da sua entrega.
- g) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade Adjudicante.
- h) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido no Trabalho venha a ter acesso.
- i) Proceder à entrega dos documentos correspondentes ao Trabalho, de acordo com os prazos contratualizados.
- j) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade Adjudicante.
- k) Realizar todos os fornecimentos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados.

2. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 10.^a

FORMA E ENTREGA DOS BENS OBJECTO DO CONTRATO

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues/transportados para qualquer local da área do concelho de Seia, que for designada.
2. Para a preparação da execução do fornecimento, o fornecedor fica obrigado a efetuar reunião prévia de coordenação com representantes da Câmara Municipal de Seia.
3. Os bens objeto do contrato devem ser entregues de acordo com as necessidades dos serviços, no prazo máximo de 24 horas após o pedido, nos locais designados no respetivo pedido, mediante requisição efetuada pelos respetivos serviços.
4. O representante do Município de Seia, que para o efeito for designado, obriga-se a comunicar ao fornecedor, as quantidades a fornecer, com antecedência mínima de 24 horas.
5. Se, por motivo de força maior ou devido a causa natural, nomeadamente alterações das condições atmosféricas, não for possível realizar, no dia previsto para a entrega, os trabalhos a que os bens se



destinam, o Município de Seia reserva-se o direito de cancelar o pedido de entrega, indicando de imediato a data em que o mesmo terá lugar.

6. Todas as despesas e custos com transporte dos bens objeto do contracto para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

7. O fornecimento dá início a partir da data do contrato e extingue-se quando atingida o valor global previsto.

8. O fornecedor obriga-se a concluir a entrega dos bens, com todos os materiais referidos nas cláusulas técnicas ao presente Caderno de Encargos.

9. No fornecimento dos bens, cumprir-se-ão as condições propostas pelo adjudicatário e aceites pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 11.ª

INSPEÇÃO E INCONFORMIDADES OU DISCREPÂNCIAS

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem ao estabelecido no presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos naquele documento e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a verificação, o fornecedor deve prestar ao Município de Seia toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. No caso da verificação prevista na cláusula anterior não se comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, com as exigências legais ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, o Município de Seia poderá rejeitar os mesmos, informando, por escrito, o fornecedor.

4. Em caso de dúvida, reserva-se ao Município o direito de exigir, a expensas do fornecedor, a realização de ensaios laboratoriais por entidade credível, cabendo os custos dos ensaios à entidade fornecedora.

5. No caso previsto no número 3., o fornecedor deve proceder, à sua custa, à remoção dos bens do local.

CLÁUSULA 12.ª

INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1. No caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município de Seia deve disso informar, por escrito, o fornecedor.



2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Seia, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações exigidas.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Seia procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

CLÁUSULA 13.ª

ACEITAÇÃO DOS BENS

1. Caso a inspeção a que se refere a [Cláusula 11.ª](#) comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 15 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Seia.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Seia, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

CLÁUSULA 14.ª

DEVER DE SIGILO

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, de prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



CLÁUSULA 15.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE SEIA

1. O Município de Seia pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Seia.

CLÁUSULA 16.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. O Direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP).

CLÁUSULA 17.ª

SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS

1. O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
2. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos: Responsabilidade civil pela atividade.
3. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
4. O Município de Seia pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA 18.ª

PESSOAL DO ADJUDICATÁRIO

1. O Adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo de sua conta os encargos que daí resultem.



2. O Adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.

CLÁUSULA 19.ª

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

3. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

4. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

5. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros



6. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

7. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 20.ª

FORO COMPETENTE

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com renúncia de qualquer outro. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de Agosto, na sua redação atual.

CLÁUSULA 21.ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

– A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 22.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 23.ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, na sua redação atual.



Parte II – Cláusulas Técnicas Especiais

CLÁUSULA 24.ª

OBJETIVO DE FORNECIMENTO

1. A aquisição de agregados britados e não britados destina-se à conservação de estradas e caminhos municipais e à execução de trabalhos de construção civil genérica no concelho de Seia, nos termos e condições definidas nestas especificações técnicas.

CLÁUSULA 25.ª

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA A FORNECER COM A HABILITAÇÃO

1. Ficha técnica, certificado de conformidade (controlo de produção em fábrica) e declaração de desempenho CE de todos os agregados listados no mapa de quantidades, de todos os produtos abrangidos.

CLÁUSULA 26.ª

CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO

1. A entidade fornecedora deverá cumprir todas as regras de segurança e legislação em vigor, associados ao transporte dos materiais, operações de carregamento e descarregamento, assim como proverá toda a mão-de-obra e equipamentos para satisfazer as exigências do contrato.
2. O adjudicatário deverá designar um representante, que será o elemento de diálogo com os serviços do Município, relativamente a assuntos técnicos e processuais da prestação do fornecimento. Sempre que haja substituição temporária ou definitiva deste elemento, deve ser comunicada ao Município a identificação do substituto.

CLÁUSULA 27.ª

LOCAL DE ENTREGA

1. O local de entrega localiza-se na área afeta ao concelho de Seia, que deverão ser acompanhados com talão de pesagem de todos os materiais fornecidos a granel onde deve constar local, data, hora e peso da carga transportada.

CLÁUSULA 28.ª

MATERIAIS A FORNECER

1. Os agregados são provenientes da exploração de formações homogéneas, limpos, duros, pouco alteráveis sob a ação dos agentes climáticos, com adequada adesividade ao ligante, de qualidade uniforme e isentos de materiais decompostos, de matéria orgânica ou outras substâncias prejudiciais.
2. Deverão ser constituídos por materiais pétreos britados ou não britados, provenientes de exploração de pedreiras, de origem granítica.



3. As utilizações previstas para os inertes, que deverão ser comprovadas pela Declaração de Desempenho do fabricante e de acordo com a especificação técnica e normas harmonizada aplicáveis, são:

- Tratamentos superficiais para estradas e outras obras de engenharia civil;
- Agregados não ligados ou tratados com ligantes hidráulicos para estradas e outras obras de engenharia civil;
- Argamassas em edifícios, estradas e outras obras de engenharia civil.

CLÁUSULA 29.ª

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Todas as despesas e custos inerentes à prestação do serviço serão da responsabilidade do adjudicatário.

CLÁUSULA 30.ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Em tudo for omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações subsequentes em vigor.

CLÁUSULA 31.ª

FALHAS E OMISSÕES

1. Em tudo o que não tenha sido objeto de suficiente especificação ou descrição, acatar-se-á a legislação portuguesa em vigor, os regulamentos e posturas municipais aplicáveis, o espírito do projeto, os pormenores técnicos que possam ser apresentados durante o andamento normal dos trabalhos, as escolhas e indicações do dono de obra, do autor do projeto e/ou da fiscalização, bem como todas as prescrições das entidades públicas que intervêm em obras desta natureza.

Seia, abril de 2020

Por Delegação de Competências do Presidente da Câmara
A Vereadora
Margarida Isabel Garcia Nereu